



## **MEMÓRIA E IDENTIDADE NO INTERIOR FLUMINENSE: A POSITIVAÇÃO DO PASSADO EM PETRÓPOLIS E CAMPOS DOS GOYTACAZES**

PIMENTEL, Paula C.

*Mestranda do PPG -Memória Social-UNIRIO  
paula.pimentel\_@hotmail.com*

434

### **RESUMO**

Nosso objetivo é explorar a formação das identidades na produção de uma memória positivada da história e cultura de comunidades periféricas do capitalismo global. Nossos objetos são duas comunidades do interior fluminense, a saber, Petrópolis e Campos dos Goytacazes. Supomos queas duas cidades, apesar de sua formação socioeconômica diferenciada, produziram respostassimilares à sensação socialmente compartilhada de perda das suas tradições. Ambas priorizaram projetos identitários, em disputa entre si, ao positivassem a memória reelaborada e ressignificada de suas narrativas de origem das cidades. Em Petrópolis, estudamos a mudança da toponímia em momentos políticos decisivos, ora destacando sua memória lusitana/imperial, ora valorizando sua memória germânica/colonial. Já em Campos observamos a tendência à patrimonialização dos antigos solares ressignificando positivamente elementos do escravismo e da economia açucareira.

**Palavras-chave: Memória social; projetos identitários; projeto modernizante.**

### **ABSTRACT**

Our goal is to explore the formation of identities in the production of a memory positively valued in the history and culture of peripheral communities of global capitalism. Our objects are two communities in the interior of Rio de Janeiro, namely, Petropolis and Campos dos Goytacazes. We assume that these two cities, despite their different socioeconomic background, gave similar responses to the socially shared sense of loss of their traditions. Both cities have prioritized identity projects, disputed among themselves, when positively valued reworked memory and re-signified their narratives of origin of cities. In Petropolis, we studied the change of place names at key political moments, sometimes highlighting their Lusitanian / imperial memory, now valuing their Germanic / colonial memory. Already in Campos dos Goytacazes, we saw a trend for ancient patrimonialization of solar positively redefines elements of slavery and the sugar economy.

**Keywords: social memory; identity projects; modernizing project.**



## I. INTRODUÇÃO

Sendo este um estudo exploratório que relaciona *projeto identitário* e *memória social*, inicialmente, se toma por pressuposto o debate empreendido por Stuart Hall (2011) e Tomaz Tadeu da Silva (2012), que compreendem a identidade como um processo contínuo dentre forças opostas – igualdade e diferença – com a finalidade de produzir sentido intra e intersubjetivamente. Neste processo denominado de *identificação*, o indivíduo e o grupo se influenciariam mutuamente, por meio da *diferenciação*, cujo principal elemento de embasamento e reforço é a linguagem.

Sendo produto de um processo de formação discursiva, a identificação está inscrita, portanto, nas relações sociais, e traduz-se numa disputa assimétrica entre indivíduos e grupos sociais pela apropriação diferenciados bens simbólicos. Logo, a definição das identidades e das diferenças está sujeita às relações de poder, vindo a se constituir em seu instrumento.

Uma vez entendido que o processo de identificação é uma disputa, que se dá no confronto entre a igualdade e a diferença, e que estabelece “quem sou eu” em oposição a “quem é o outro”, o poder de definir as identidades e de marcar as diferenças, é também o poder de classificar, valorar e hierarquizar a sociedade e os indivíduos, que passam a se relacionar a partir de oposições binárias. É o poder de impor posições de sujeito - ou demarcar fronteiras – (os de dentro e os de fora); de atribuir valores (positivos e negativos); de classificar (normais e anormais) e de estabelecer pertencimentos (incluídos e excluídos).

Posto que o discurso não só organiza as identidades individuais e coletivas em torno de projetos sobre como deveria ser o mundo, mas também distingue e informa o lugar dos indivíduos nele, torna-se relevante verificar o alcance e as limitações do discurso que visa institucionalizar o projeto modernizante das economias centrais do sistema capitalista em todo o globo.

A descoberta de que a Terra se tornou mundo, de que o globo não é mais apenas uma figura astronômica, e sim o território no qual todos encontram-se relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos - essa descoberta surpreende, encanta, atemoriza. Trata-se de uma ruptura drástica nos modos de ser, sentir, agir, pensar e fabular. Um evento heurístico de amplas proporções, abalando não só as convicções, mas também as visões de mundo. (IANNI, 2004, p. 13)



Entende-se que o projeto modernizante se constituiu num discurso poderoso, que instituiria: a) Estados e economias nacionais, enquadradas num modelo centro-periférico de produção e distribuição de riquezas e bens culturais; b) a primazia do futuro e da inovação, contra o passado e a tradição, brindando à impermanência; c) o solapamento das idiossincrasias locais; d) a apropriação e padronização diferenciada pelo modo de produção e consumo capitalista; e) a universalização de modos de viver, sentir e agir.

No entanto,

Ocorre que o globo não é mais exclusivamente um conglomerado de nações, Estados-nações, em suas relações de interdependência, dependência, colonialismo, imperialismo, bilateralismo, multilateralismo. Ao mesmo tempo, o centro do mundo não é mais voltado só ao indivíduo, tomado singular e coletivamente como povo, classe, grupo, minoria, maioria, opinião pública. Ainda que a nação e o indivíduo continuem a ser muito reais, inquestionáveis e presentes todo o tempo, em todo lugar, povoando a reflexão e a imaginação, ainda assim já não são hegemônicos. Foram substituídos real ou formalmente, pela sociedade global, pelas configurações e movimentos da globalização. (IANNI, 2004, p. 13)

Assim, o projeto modernizante, criou as bases de seu desgaste. Mundialização e impermanência, preconizadas como condições da Modernidade, radicalizaram-se e deram substrato à mundialização e volatilidade do capital e dos seus recursos produtivos, dentre os quais, o financeiro e o humano. Assim, o projeto modernizante se equacionara na volatilidade que fez esboroar os sustentáculos dos Estados nacionais, principalmente no que tange: à sua autonomia; às suas identidades construídas sobre uma suposta base territorial e cultural comum em oposição aos demais Estados nacionais, mas, principalmente, em oposição às forças e elementos que contribuem para as diferenças internas. Tendo-se mundializado, também, projetos e movimentos de resistência ao modelo englobante. Questionamentos às bases do suposto pacto de equalização das diferenças internas; que reivindicam o lugar do antigo e o do singular; que atinam para solidariedades e acontecimentos que universalizaram o entendimento de humanidade. (CASTELLS, 2012)

Sabendo que o foco deste estudo está na formação de uma memória de resistência ao projeto modernizante, por comunidades periféricas e, portanto, excluídas do sistema global, busca-se destacar o impacto que um projeto desta magnitude imprime às comunidades



tradicionais, marginais às inovações tecnológicas e suas revoluções produtivas, em termos da formação de identidades locais que participam de disputas pelo poder entre si e contra um projeto identitário globalizante.

Busca-se sublinhar o abalo nos modos de ser, agir e sentir, sofrido por essas comunidades nas quais são diferenciados tanto a forma, quanto o conteúdo recebido desse mundo acelerado e de fronteiras cada vez mais fluidas; que experimentam-no de forma marginal, produzindo ambiguidades que se expressam no projeto identitário dos indivíduos e de seus grupos sociais. Comunidades nas quais os discursos de Modernização entram em conflito com os modos de agir, pensar e sentir locais, gerando formas culturais híbridas, nas quais encontram-se pequenos pedaços de Modernidade costurados com os fios da tradição, numa tentativa de atribuição de sentido ao presente que, por vezes, tende à nostalgia, por outras à utopia (HALL, 2011) e IANNI (2004).

Outra característica a ser observada nessas sociedades tradicionais é o papel do grupo sobre o indivíduo. Nelas, o grupo tem maior capacidade de atribuir sentido à existência do que o indivíduo isolado preconizado pelo projeto modernizante, de tal modo que a memória socialmente relevante é a do grupo e as narrativas que reforçam o pertencimento dos indivíduos àquela comunidade são as que os distinguem como seres biológicos, apontando para a relevância das narrativas de origem Norbert Elias (1994), Stuart Hall (2011) e Gilberto Velho (1994).

É a partir deste quadro inicial, que passo a estabelecer relações entre memória e projeto e sua importância para a constituição de identidade(s). Em uma sociedade tradicional, holista, em que o indivíduo é englobado pelo clã, linhagem, tribo, etc, a memória socialmente relevante é a da unidade 'encompassadora'. [...] Mas a persistência da unidade englobante é permanentemente fixada através de mitos, narrativas que reforçam o pertencimento dos indivíduos biológicos àquelas unidades. Assim, a memória socialmente significativa é a da unidade englobante [...](VELHO, 1994,p. 99)

Assim, a experiência da falta de sentido, provocada pelas mudanças nas configurações das principais categorias ordenadoras do seu mundo, dentre as quais, a do Estado nacional, faz operar a tendência à formação de uma identidade de resistência à mudança e valorização de aspectos tradicionais da cultura, e principalmente de uma ideia de *retorno* às origens associada à valorização do local, tradicional, em oposição ao global modernizante.



Isto posto, a seguir serão estudados dois casos de comunidades que fizeram a opção pela nostalgia e pelas narrativas de origem. Que passaram a negociar o sentimento de mundo, as suas identidades e memórias neste campo complexo que são as transformações do mundo contemporâneo, nas novas teias de relações de poder, em meio a rearranjos políticos entre elites locais, regionais e transnacionais e na quase ausência de um Estado definidor das identidades, narrativas e das memórias, dada a falência do projeto universalizante nacionalista.

Serão objetos de investigação dois municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, são eles: Campos dos Goytacazes, situado no norte fluminense, e Petrópolis, situado na região serrana. Observou-se que, apesar de se tratarem de municípios com histórias diversas, ambos trazem uma característica comum: a sensação de perda dos sentidos, compartilhada pelos indivíduos, em reação aos processos modernizadores globalizantes.

## II. ESTUDO DE CASOS

### a. Poder, Identidade e Memória em Petrópolis

Propõe-se aqui que a identidade petropolitana seja forjada no embate entre três vertentes: a Lusitana/Imperial, a Germânica/Colonial e a *Outsider*<sup>1</sup>. A Primeira vertente, a Lusitana/Imperial, que dá à cidade o título de *Cidade Imperial*, vale-se da “história oficial” que conta as origens de uma cidade “especial”.

A segunda vertente, a Germânica/Colonial vivera o momento da colonização, num misto de mão de obra barata, alternativa à escrava, em oposição à mesma, pela possibilidade de constituir-se em arrendatária de sua terra. Com a saída de cena da elite cortesã, transformou-se numa espécie de burguesia local (sendo os donos de pequenas indústrias têxteis, cervejarias artesanais, e de outros produtos empreendimentos familiares).

Já a terceira vertente, conforme ora anunciado, é formada pelos *indesejados*, isto é, pessoas que não se enquadrariam na proposta de uma cidade símbolo da modernidade e de um processo de civilização. São as populações pauperizadas, em sua maioria negra e mestiça, que

---

<sup>1</sup>Neste trabalho serão observadas as disputas pelo poder simbólico da cidade, protagonizadas pelas duas primeiras vertentes, uma vez que são as principais reivindicantes da hegemonia do poder local. Não descartando a importância do terceiro grupo, apenas deixando para uma outra oportunidade.



habitavam os entornos da cidade, sua área rural, ou frutos das migrações internas da baixada fluminense e do sul de Minas Gerais. As duas primeiras relacionadas ao discurso e às práticas instituidoras do Estado nacional, e a terceira relacionada aos grupos sociais excluídos do projeto nacional<sup>2</sup>.

A identidade Imperial serve ao discurso que instituiu um grupo de privilegiados que já nasceram cidadãos urbanos e modernos. Não teria se formado a partir dos agrupamentos de indivíduos e famílias que ocuparam caoticamente um espaço e ali se fixaram, constituíram sua vida, seus vínculos sociais, desenvolveram suas atividades econômicas e políticas. Mas, uma cidade que nascera completa e organizadamente a partir da vontade soberana (AMBROZIO, 2008).

O marco oficial dessa identidade seria a fundação de Petrópolis em 16 de Março de 1843 (FRIDMAN, 2013), por meio do decreto imperial de número 155, no qual o Imperador D. Pedro II determinava o arrendamento das terras correspondentes à, então, fazenda do Córrego Seco pelo major engenheiro Júlio Frederico Köeler a fim de que o mesmo concebesse e executasse o projeto “Povoamento Palácio de Petrópolis”<sup>3</sup>.

Um dado projeto de urbanização e povoamento necessitava da criação de um novo modelo de gestão do espaço, que previsse a distribuição das terras e sua tributação entre os indivíduos segundo sua categoria social. Assim, desde o ato fundacional, fez-se a distinção entre “cidadãos de primeira, segunda, terceira e quarta categoria. O território foi dividido a fim de que no centro situassem as residências e comércios da corte e para a corte; e sob o modelo centro-periférico, fossem distribuídas as terras entre aristocracia, colonos, alguns grupos de moradores antigose, por fim, fossem expulsos do perímetro urbano o “não-cidadão”, isto é, o “invasor”<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup>Nota-se, aqui, a nítida tendência a apagar o passado colonial, relacionado às atividades de uma comunidade que vivia do comércio de “beira de estrada” - as estalagens, e pequenos serviços prestados aos viajantes que transitavam nos caminhos entre Minas Gerais e Rio de Janeiro -, dos escravos oriundos das lavouras da baixada fluminense, ou das minas e que se refugiavam na serra, ou dos índios coroados que já ali habitavam. Ver: ANGELO (2012)

<sup>3</sup>Dando enfoque não somente ao palácio de verão do imperador, mas a um núcleo urbano correspondente ao de uma vila imperial com seus quarteirões, Igreja Católica, cemitério.

<sup>4</sup>Entendia-se a categoria “invasor” como sendo aquela composta por alguns dos antigos residentes do espaço ainda não urbanizado, que não dispunham de meios para arrendar as terras agora valorizadas por estarem próximas à “nova corte. Já por cidadão, entendiam-se o antigo morador de origem lusitana, que desenvolvia atividades econômicas que lhe possibilitavam pagar pelo arrendamento da terra, o colono europeu (germânico,



Nascera, assim, uma *urbe* planejada e instituída como tal por decreto Imperial com a dupla finalidade: a) servir de residência de verão à família Imperial e à aristocracia, ou elite cortesã que lhe seguia; b) servir, portanto, de segunda sede de governo e destino turístico de altos padrões, sob a forma de vilegiatura; c) tornar-se modelo urbano-industrial do projeto civilizatório brasileiro, no período imperial.

Com a queda do poder Imperial produziram-se novos discursos de institucionalização do poder. E, como reflexo de uma política de apagamento da memória imperial, a então recém-instituída República, alterou os topônimos que se relacionavam diretamente à família Imperial, para nomes que remetessem a datas cívicas e personalidades que identificassem a transição para um Brasil moderno, industrial e republicano. Assim, a rua principal da cidade, que abrigava o seu centro comercial, perdia o nome de Rua do Imperador, para receber o nome que marcaria a transição do poder imperial para o republicano: Avenida XV de novembro; a Rua da Imperatriz, onde se situava o Palácio Imperial, se transformaria em Av. 7 de setembro; a Rua Princesa Isabel, onde se localizava a residência da mesma, se transformaria em Av. 13 de maio; a Rua Bourbon, em Rua João Pessoa, e assim, sucessivamente (ALMEIDA *et al.*, 2011).

Mas a política de apagamento da identidade e memória imperial, não impediu que o novo poder instituído encetasse uma política de apropriação da Cidade Imperial e de seu simbolismo sempre relacionado ao poder. Assim, obras inconclusas no período imperial, como a da Catedral de São Pedro de Alcântara, foram finalizadas com a parceria entre as elites locais e as elites nacionais (agora representando o poder republicano). A República passou, portanto, a se apropriar dos espaços simbólicos e do *status* que à cidade, essa segunda sede do poder central, se associava. E promoveu-se uma ambígua relação entre o poder central e as elites locais, que tiveram de submeter suas identidades étnicas ao projeto nacional (Elias, 1994).

Um segundo momento dessa submissão das etnias em relação ao projeto do Estado Nacional aconteceu durante o período da 2ª Guerra Mundial. Deu-se início a uma nova política de apagamento das origens, voltadas agora, ao elemento germânico. Novamente topônimos

---

italiano, suíço) trabalhador trazido para dar seguimento à execução do projeto urbanístico e de povoamento da terra; e a corte que acompanhava o imperador em suas viagens de veraneio



foram alterados. Topônimos que, desde o plano “Povoamento Palácio de Petrópolis”, homenageavam as regiões de origem dos colonos, bem como os nomes de seus heróis, passaram a receber nomes que mostravam o posicionamento do Estado brasileiro frente à configuração das políticas internacionais.

Assim, bairros cuja massa de moradores era de origem germânica e cujos nomes foram escolhidos para homenagear as regiões de origens dos colonos, tais como Bingen e Mosela, por exemplo, foram substituídos, respectivamente, pelos nomes de origem indígena Araraquara e Baependi, para cumprir a dupla função: utilizar um símbolo neutro da identidade nacional e fazer em alusão aos navios mercantes brasileiros supostamente afundados por submarinos alemães (LORDEIRO, 2014), mostrando o repúdio do Estado brasileiro ao posicionamento da Alemanha nazista.

Apolítica de apagamento da memória germânica segue com a concomitante apropriação da cidade pelo poder central como símbolo civilizatório e espaço de recepção da diplomacia internacional, vindo ganhar nova visibilidade dentro e fora do cenário nacional. Reforçava-se, portanto, a “vocaçãõ” turística de altos padrões, à custa do silenciamento sobre suas origens, e com a continuidade de uma política de repúdio à imigração de populações da circunvizinhança (baixada fluminense e sul de Minas Gerais).

Após o final da 2ª Guerra os topônimos germânicos foram gradativamente restituídos, e, mesmo os que não o foram, passaram a serem lembrados em documentos oficiais da cidade. Essa espécie de reparo à memória identitária foi reivindicada também pela vertente imperial, que em meados de 1980’s, solicitou o retorno dos nomes “Rua do Imperador” e “Rua da Imperatriz”.

Desde então, as duas identidades locais, vem disputando o território, seu *status* e o poder a ele associado. Por meio de uma política de patrimonialização de artefatos, datas e festas comemorativas, tanto imperiais, quanto germânicas<sup>5</sup>. E neste impulso de demarcação identitária da cidade, outros grupos surgem, reivindicando sua inscrição na memória local. A fim de afirmarem-se e organizarem seus modos de viver e sentir, atribuindo, desta forma, sentido num mundo fluido, fruto do projeto de modernização e globalização.

---

<sup>5</sup>Marco dessa “retomada da memória cultural germânica” são as festas do tradicionais alemães que, em 1989, se institucionalizaram e se transformaram em evento do calendário local e turístico: *A BauernFest*.





## **b. Memória e identidade: Opulência e decadência no Norte Fluminense**

O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais. (BACZKO, 1985, p. 310).

A cidade de Campos dos Goytacazes localizada na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro no final do século XIX se inseriu no cenário nacional como importante região econômica produtora da atividade açucareira. Após a decadência dos engenhos a memória local ainda exaltada é a de uma nobreza aristocrática, a figura dos senhores dos engenhos ainda hoje está presente no imaginário social da vida coletiva. Nos dias atuais a região é conhecida pela bacia petrolífera, mas apesar do rápido desenvolvimento industrial e avanço tecnológico nota-se a tradição e a modernidade com seu novo modo de vida, ambos, presentes no espaço urbano. Uma vez dito isto, é relevante uma análise da identidade campista que consagra a opulência do período do açúcar e se torna uma memória histórica positivada na modernidade.

A atividade açucareira em Campos se desenvolveu rapidamente como aponta Alberto Lamego (1974) descrito nas páginas da obra 'O homem e o Brejo', o desejo e a busca pela riqueza na lavoura de cana, atividade agrária que se desenvolveu e expandiu-se nas planícies férteis da região. Com ela, a figura do Senhor do Engenho toma destaque e, segundo Alberto Lamego:

Na cidade que progride, nos canais que são rasgados, nas estradas de ferro que principiam, em qualquer obra progressista efetuada na planície, há sempre o dedo do senhor de engenho, o parecer do senhor de engenho, o incentivo do senhor de engenho. Nada sem ele se faz. Dele é o capital em todas as empresas. (LAMEGO, 1974, p. 139)

E desse modo, acontece lentamente o processo de modernização, primeiramente com os incentivos da elite agrária que surge com os novos engenhos a vapor e as novas técnicas de produção que fazem aumentar os lucros. Essa 'elite' entendida aqui como um grupo social detentor de riqueza e prestígio social atua com forte influência política na sociedade. E, mesmo tendo se renovado, continua imprimindo seu caráter marcador de distinção socioeconômica, haja vista que, segundo Bourdieu, *a cultura que une é também a que separa* (BOURDIEU, 1989, p. 11).



O momento de crise que se instaurou entre o período de opulência e de decadência deve ser reformulado e subvertido em uma situação de reequilíbrio social, a memória histórica, desse modo, é o ponto chave para se compreender o discurso construído por um determinado grupo social que reconstrói um passado no qual quer ser lembrado e projeta nessa história construída socialmente tudo que venha a positivar sua identidade. Trata-se do valor simbólico, os significados conferidos às narrativas, pois o que é contado sobre os homens é o que ficará representado na memória coletiva da sociedade.

Ocorre que a resistência ao programa de reforma modernizante que vem acontecendo no Brasil, tem reflexos em todo o globo. Mostrando a necessidade de compreender como a cultura aristocrática - que pertence a uma visão de mundo em que os elementos tradicionalistas que impulsionaram tanto a opulência, quanto a decadência econômica do Norte Fluminense - é hoje ressignificada e vista positivamente em contraposição às atividades econômicas do projeto modernizante.

Ao destacar as ações econômicas<sup>6</sup> que se processaram nessa região se torna compreensível o porquê da importância da busca pelo reconhecimento que a sociedade campista almejava. Assim, a elite agrária investiu na modernização com o projeto de urbanização realizado pelo engenheiro campista Saturnino de Brito, em 1902:

O projeto de urbanização via consagração da técnica sanitária/higienista elegia a remodelação e embelezamento da cidade como meio de integração ao mundo civilizado. Dotar a cidade de artefatos do progresso era o objetivo de uma elite econômica e política que buscava projetar-se na região e na vida política estadual e quiçá nacional. (SOUZA, 2011, p. 3)

Todas as disputas que se passaram na região até se chegar à modernidade podem ser compreendidas através do fenômeno da alteridade que se caracteriza pelo desejo do reconhecimento perante o “outro”, propiciada pelas relações humanas em sociedade, o que suscita o debate sobre a questão identitária como sendo um processo de construção social de representações na qual Stuart Hall apresenta como uma “narrativização do eu” (Hall, 2011, 109) e Manuel Castells a define como “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 2000, p. 22).

---

<sup>6</sup>O cultivo do açúcar, do café, da agropecuária e a extrema dependência da mão de obra escrava e da terra, ou seja, a resistência a um modelo aristocrático que tinha em sua base estrutural a instituição da Casa Grande e Senzala (2003).



Na perspectiva sociológica a identidade é socialmente construída, nesse caso, trata-se aqui da identidade legitimadora que Castells, por uma perspectiva Foucaultiana, entende dar origem à sociedade civil. Perspectiva a qual se compreende que o processo da formação da identidade se faz possível pela “dominação internalizada e legitimação de uma identidade imposta, padronizada e não diferenciada” (CASTELLS, 2000, p. 25).

Um exemplo desta padronização de identidade é a quantidade expressiva de Solares que foram preservados e transformados em museus, em algumas dessas casas tombadas pelo IPHAN ou pelo patrimônio do Estado hoje funcionam o arquivo público, o museu histórico, uma escola municipal, abrigo de idosos e hotel. Apesar de terem sido conferidas outras funcionalidades ressaltamos que pertencem a um conjunto de estilo arquitetônico que representa uma determinada época e com isso imprimem seu significado na sociedade campista de uma memória histórica do ciclo do açúcar - O Solar da Fazenda do Colégio dos Jesuítas, Solar do Visconde de Araruama, Solar da Baronesa de Muriaé, A Residência Rural do Barão da Lagoa Dourada, A Casa do Engenho de Santo Antônio, entre outros<sup>7</sup>.

O último Solar restaurado e inaugurado no ano de 2012 foi o Solar do Visconde de Araruama que deu lugar ao Museu Histórico de Campos, mas o que de fato aconteceu neste evento que ilustra uma memória coletiva presente no imaginário social da sociedade campista? O evento comemorativo reuniu autoridades políticas e culturais para assistir uma apresentação teatral que tinha como título do esquete: "Histórias de nossa gente e de nossos antepassados" e, segundo a matéria jornalística publicada no site da prefeitura: “A *prefeita e os convidados foram recepcionados por atores vestidos de personagens históricos, como o Visconde de Araruama e sua esposa e o presidente Nilo Peçanha. Também houve uma degustação no Café, com música ambiente*”<sup>8</sup>.

Além dos personagens reconhecidos pela história oficial, como Visconde de Araruama e Nilo Peçanha, compunham a encenação atrizes negras que representavam as escravas e serviam aqueles que estavam sentados à mesa do café. A cena foi interpretada sob um olhar romantizado e nostálgico, como também aplaudido e elogiado pelos presentes, e, sobretudo, pela imprensa local. No evento comemorativo não houve polêmica e nenhuma repercussão

<sup>7</sup>Ver site do portal turístico: [www.camposturismo.com.br](http://www.camposturismo.com.br)

<sup>8</sup>Trecho extraído de uma matéria jornalística sobre a inauguração do Museu Histórico de Campos publicada no site da prefeitura de Campo



negativa, o que evidencia uma memória coletiva positivada da Casa Grande e Senzala que é aceita e absorvida por uma sociedade estratificada socialmente em que cada sujeito deve cumprir o seu papel social. As fotos foram exibidas na página do site e estão disponíveis. Chama atenção o fato não causado indignação ou repúdio públicos por parte da população negra da cidade.

Mas, então, o que os casarões revelam? Estes símbolos materializados de memórias presentes no espaço urbano inscrevem no universo simbólico o discurso de uma identidade legitimada que impõe a cultura do colono que se faz presente no espaço físico e omite a diversidade de identidades que participaram na formação étnica da sociedade campista – o negro e o índio -exaltando, assim, a opulência de uma determinada época que se faz presente no imaginário social, sendo elementos de significados para a memória coletiva. Portanto, a identidade é usada como discurso estratégico, entrelaçada à esfera política do poder, como observou Stuart Hall:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são assim mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituídas, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2011, p. 109)

Ao abordar a questão identitária na sociedade campista conclui-se que a identidade campista na modernidade ainda é marcada por uma memória na qual predomina a cultura patriarcal, de elevada hierarquização social, de uma memória local marcada pela opulência dos privilégios que eram desfrutados pela aristocracia agrária. Aresistência ao sentimento que deve ser recuperado uma história vivida no passado representada como o “melhor vivido” e romantizados<sup>9</sup>.

Ao atentar para as políticas culturais desenvolvidas na cidade de Campos, a identidade homogênea que é apresentada entre a mídia local e as promoções de eventos culturais que

---

<sup>9</sup>Observação similar foi feita por Norbert Elias na sociedade de corte francesa que em consequência do processo de industrialização e urbanização modificou sua maneira de se relacionar principalmente na esfera econômica (ELIAS, 2001).



permanecem no imaginário social é a identidade do colonizador, revertendo o passado violento de dominação em uma memória histórica positivada, consagrando em período de sucesso econômico regional.

### III – Considerações Finais

Os dois estudos de casos descritos neste artigo apresentam similaridades no que diz respeito à maneira de lidar com o projeto identitário globalizante. Tanto Campos, quanto Petrópolis, apostam em assegurar um discurso em defesa de uma identidade que busca sustentar a sua origem tradicionalmente nobre. As duas cidades interioranas apoiam-se, uma na memória aristocrática, e a outra na memória imperial, se diferenciando entre os demais grupos sociais presentes na sociedade. Assim, se afastam e resistem ao projeto modernizante procurando exercer um caráter de distinção cuja dominação simbólica é exercida na reprodução de um discurso construído socialmente que evidencia as disputas identitárias que lidam com apropriações de diversos espaços simbólicos marcadores de diferença.

Neste caso, fica evidente a permanência de um discurso de origem na imaginação social, em que possuem “funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva, e, em especial, no exercício do poder” (BACZKO, 1985, p. 297). Nesta abordagem são perceptíveis os conflitos e as disputas caracterizando as relações de poder que envolvem a tentativa de preservar um projeto identitário local de uma memória homogênea, em ambos os casos. A discussão da temática proposta revela as duras consequências que envolvem a escolha homogênea da identidade que apela para uma unificação por um determinado modelo. Os fatos levantados apontam a inexistência de políticas culturais engajadas no comprometimento de incentivar uma diversidade cultural, atrelando isto à desvalorização das culturas híbridas, ou de culturas vindas de fora, como por exemplo, a influência de imigrantes. Tudo isso ocasiona uma tendência de afastamento em relação à formulação de um discurso de memória local tradicional.

A proposta do artigo ao leitor era o de indicar a validade do questionamento da temática identitária e da memória na sociedade. Nos casos ilustrados há uma imposição de homogeneidade e conseqüentemente um ocultamento, ou apagamento proposital das



contribuições culturais de outras identidades, como por exemplo, a identidade germânica em Petrópolis e a negra em ambas as cidades. Etniaque também povoou massivamente as duas regiões, possuindo Campos uma quantidade expressiva de descendentes de negros em consequência do povoamento forçado que a instituição escravista contribuiu em favorecimento da atividade açucareira desenvolvida no Município.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, HM. Modernização Urbana e Poder Político em Campos dos Goytacazes (1930-40). *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador, UFBA, 2011.
- ALMEIDA, C *etal.*. Estudo Histórico Geográfico da Evolução administrativa do Município de Petrópolis e sua toponímia. *1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: passado presente nos velhos mapas – conhecimento e poder*. Paraty, RJ – 10 a 13 de maio de 2011.
- AMBROZIO, J C G. *O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis. Uma história territorial*. São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo).
- ANGELO, E R B. Percepções, Construções e Transformações na Cidade de Petrópolis, RJ. *Anais do XXI Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*: Campinas, setembro, 2012.
- BACZKO, B. *A imaginação social*. In: LEACH, Edmund *et al* .*Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Coleção estudos: 20)
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 14 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- ELIAS, N. *A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- \_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FERREIRA, M de M. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ - Edições Tempo Brasileiro, 1994.
- FREYRE, G. *Casa grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. - 48 ed. - Fundação Gilberto Freyre. Recife: Global, 2003
- FRIDMAN, F. *De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis*. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, v. 9, 2013.



- GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- HALL, St. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. 12. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LAMEGO, A R. *O homem e o brejo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.
- LIFSCHITZ, J. De açúcar e orixás: Aonde foi parar a cultura negra em Campos dos Goytacazes? 26<sup>a</sup>. *Reunião Brasileira de Antropologia, 01 a 04 de junho*, Porto Seguro, Bahia, 2008.
- LORDEIRO, M de S. *Toponímia petropolitana: uma situação preocupante*. Disponível em <[http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/msl20010921.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/msl20010921.htm)>. Acessado em: 19/05/2014.
- MENEZES, M B. *O arquivo negro de Campos dos Goytacazes*. Edição do autor, 2011.
- Reportagem sobre a inauguração do Museu histórico de Campos. Disponível em: <[http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=14292](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=14292)> Acessado em:
- SILVA, T Tda. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- VELHO, G. *Projeto metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- SOUZA, B.C.P. et al. Geographical Names as a Cultural Expression: an Analysis of the City of Petrópolis – RJ, Brazil. 26<sup>th</sup> *International Cartographic Conference, Aug. 25 – 30. Dresden, Germany, 2013*.